



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-900

Versão v.08.09.2021.

Processo nº 2350.01.0010364/2020-34

### ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº [REDAZIDO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A [INSERIR NOME DA EMPRESA]**

A **UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG**, com sede à Rodovia Papa João Paulo II, n.º 4.001, Serra Verde, CEP 31.630-901, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 65.172.579/0001-15, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por Lavínia Rosa Rodrigues, Carteira de Identidade n.º M-435.669, CPF n.º 156.345.156-53 e a empresa [inserir nome da empresa], endereço de correio eletrônico: [inserir email]; inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - sob o número [inserir nº do CNJP], com sede na [inserir nome da cidade sede da empresa], neste ato representado pelo Sr(a). [inserir nome do representante da contratada], portador(a) da Carteira de Identidade RG n.º [inserir nº do RG], expedida pela [inserir órgão expedidor], e CPF n.º [inserir nº do CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico **2351053 000005/2023**, que será regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, Decreto Estadual n.º 46.095/2012, pela Resolução SEPLAG 106/2012, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

#### 1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto é a prestação de serviços de suporte e garantia com manutenção *on-site* dos equipamentos que compõem as soluções de armazenamento Storage, Ambiente de Virtualização de Servidores e hardware de tráfego de armazenamento de propriedade da Universidade do Estado de Minas Gerais instalados em *datacenter Colocation PRODEMGE* em Belo Horizonte/MG, visando sua operação contínua e ininterrupta pelo período de 12 (doze) meses, em regime de execução 24x7x365 (24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano), inclusive finais de semana e feriados, compreendendo manutenções preventivas, corretivas, evolutivas e preditivas,

incluindo mão de obra, fretes, reparos, reposição de peças, equipamentos e componentes, bem como atualização e de *firmware* de forma local ou remota, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência do pregão eletrônico nº **2351053 000005/2023** bem como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

LOTE ÚNICO				
ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA)	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS
1	000094773	1	UN	SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E REPARO EM SERVIDORES FISICOS E/OU VIRTUAIS
<b>Serviços Especiais</b> * Componentes e Serviços para Upgrade de Equipamentos				
2	000105457	1	UN	MANUTENCAO EM SERVIDOR DELL

1.4. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

1.4.1. **DOS EQUIPAMENTOS COBERTOS PELO SUPORTE, MANUTENÇÃO E GARANTIA - ITEM 1** (As empresas licitantes deverão apresentar planilha com preço discriminado, conforme modelo abaixo:)

Descrição	Service Tag / PN	Período mínimo Meses	Quant.
Servidor Dell PE R420	76PR442	12	1
Servidor DellPE R430	H6PV442	12	1
Servidor DellPE R430	DS2YL22	12	1
Storage EMC VNX5400	CKM00144501115	12	1
EM28057 - Switch SAN - DS-300B-8G	BRCALJ1906L09A	12	1
EM28041 - Switch SAN - DS-300B-8G	BRCALJ1906L07H	12	1
Servidor HP Proliant DL585	BRC741N0F3	12	1
Servidor HP Proliant DL585	BRC740N01G	12	1
Servidor HP Proliant DL380	BRC4194TTX	12	1
Servidor HP Proliant DL380	BRC4184TNV	12	1
Storage HP - P2000	2S6301D138	12	1

1.4.2. **Especificação Técnica - Os serviços de manutenção e suporte técnico irão contemplar:**

1.4.2.1. Manutenção com substituição de peças defeituosas e atualização do conjunto de software básico (BIOS, firmware e drivers).

1.4.2.2. O serviço de garantia e suporte engloba a realização de manutenções corretivas e preventivas, além do suporte técnico, com

fornecimento de peças, sem qualquer tipo de ônus adicionais para a CONTRATANTE ao longo da vigência do contrato.

1.4.2.3. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituição de peças, atualizações de BIOS, drivers, firmwares e softwares, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE ao longo da vigência do contratual.

1.4.2.4. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos e ações a serem realizadas nos equipamentos a fim de evitar a ocorrência de falhas nos mesmos, enfatizando-se o monitoramento ativo preventivo. Tais ações e procedimentos compreendem substituições de peças que apresentem indícios de falha, quando necessário, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, de modo a garantir o pleno e contínuo funcionamento solução de armazenamento como um todo.

1.4.2.5. A data de início do período de suporte e garantia será considerada a partir da data de confirmação de recebimento da “ordem de fornecimento” emitida pela contratante, podendo esta ser entendida como a nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.

1.4.2.6. A contratada deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da “ordem de fornecimento”, apresentar formalmente o cronograma para a manutenção corretiva do módulo controlador, com sua reativação, perante o preposto do contrato, ficando obrigada a cumpri-lo fielmente. O cronograma deverá prever o fornecimento de um módulo controlador a ser avaliado pela contratante antes de sua instalação.

1.4.2.7. A partir da data de início da prestação dos serviços a contratada passa a se responsabilizar pela garantia de funcionamento dos hardwares e softwares que compõem a solução de armazenamento, ficando ainda responsável pelos recursos necessários à manutenção preventiva e/ou corretiva dos itens que a compõem, sendo entendido como responsabilidade da CONTRATADA:

1.4.2.8. atualização de firmware dos equipamentos e mantê-los sempre na última versão indicada e disponível pelo fabricante;

1.4.2.9. Aplicação de updates e correções;

1.4.2.10. Verificação rotineira de funcionamento;

1.4.2.11. Alterações de configurações, previamente discutidas, definidas e agendadas, desde que não acarretem em mudanças de estrutura do ambiente;

1.4.2.12. Verificação de erros e alertas;

1.4.2.13. Resolução de problemas, de qualquer espécie, que estejam sendo causados pelos softwares e hardwares da solução de armazenamento;

1.4.2.14. Auxílio na identificação de causas de problemas e comportamentos não comuns dos ativos objetos deste escopo;

- 1.4.2.15. Auxílio para resolução de dúvidas existentes;
- 1.4.2.16. Suporte na alteração de configurações, de qualquer espécie, desde que não impactem significativamente no ambiente;
- 1.4.2.17. Outras atividades que tenham o caráter corretivo, mesmo que não explicitamente especificadas acima.
- 1.4.2.18. Correrão às expensas da contratada os recursos necessários à prestação do serviço como mão de obra, impostos, fretes/transporte, insumos, peças, softwares, licenças, ferramentas ou qualquer outro que se fizer necessário a manter a solução de armazenamento operativa e em condições de uso pelo período de suporte e garantia.
- 1.4.2.19. A contratada, seus funcionários e prepostos, deverão guardar sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

#### 1.4.3. **Suporte técnico:**

1.4.3.1. O suporte e garantia de todos os itens de hardware e software deverão ter atendimento no regime 24x7, com acionamento por telefone 0800, e-mail ou ainda internet (através do site do fabricante ou da empresa contratada), em qualquer horário do dia ou da noite, inclusive finais de semana e feriados, por funcionário da UEMG. Os prazos de atendimento e resolução plena de problemas deverão atender aos requisitos estipulados no item referente ao acordo de nível de serviços, SLA, item 1.4.8 desta Minuta de Contrato.

1.4.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a contratante um site de acompanhamento de chamados abertos contendo o status de cada chamado, ou ferramenta similar.

1.4.3.3. O encerramento do chamado dar-se-á somente após a total aprovação da Contratante com a solução apresentada. Imediatamente após a conclusão do atendimento de cada chamado técnico realizado, a contratada deverá emitir relatório detalhado da ocorrência, descrevendo os serviços realizados, peças substituídas e os números de série e patrimônio do equipamento reparado, número do chamado, dados gerais do chamado, situação do chamado (pendente no caso de retirada do componente ou concluído), nome do técnico responsável pelo atendimento, assinatura do técnico responsável pelo atendimento, data do atendimento, horário de início e término do atendimento, descrição do problema relatado na abertura do chamado, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para ateste de funcionário da CONTRATANTE.

1.4.3.4. Para a substituição de peças e acessórios do equipamento em garantia, todos os itens que o compõem deverão ser novos, de primeiro uso e do mesmo fabricante por motivos de compatibilização

da solução implantada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, durante toda a vigência contratual.

1.4.3.5. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior aos originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, aparência, etc.) e devem ser do fabricante do equipamento ou atestadas pelo fabricante do equipamento.

#### 1.4.4. **Manutenção:**

1.4.4.1. Os serviços de manutenção compreendem o conjunto de ações destinado a recolocar funcionalidade, recurso, componente ou módulo do equipamento em plenas condições de operação, quando apresentar rendimento aquém do previsto ou dano que impeça de funcionar.

#### 1.4.5. **Substituição de Peças e Componentes:**

1.4.5.1. As peças a serem utilizadas deverão ser compatíveis, conforme as especificações do fabricante dos equipamentos.

1.4.5.2. Em caso de equipamentos cujas avarias de peças impeçam sua manutenção e continuidade de funcionamento, o mesmo poderá ser substituído por outro equipamento temporário, desde que seja reconhecida a viabilidade técnica na substituição.

1.4.5.3. A substituição temporária do equipamento deverá ser por modelo equivalente, não remanufaturado ou recondicionado, em boas condições de uso, com a mesma capacidade e desempenho ou superior, e sem custo adicional para a CONTRATANTE.

1.4.5.4. O prazo de substituição temporária terminará após a validação do pleno funcionamento do equipamento avariado anteriormente e o mesmo não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos.

1.4.5.5. Todas as peças ou componentes utilizados/substituídos nos reparos devem ser compatíveis conforme as especificações do fabricante e possuir, no mínimo, o mesmo desempenho e as mesmas garantias daqueles originalmente fornecidos.

1.4.5.6. Na impossibilidade de fornecimento do componente original e antes de realizar qualquer alteração da especificação técnica, deverá ser elaborada justificativa informando os motivos que levaram à necessidade da alteração da configuração original do equipamento e solicitando autorização para esta alteração no procedimento;

1.4.5.7. Após a substituição das peças e/ou substituição temporária de algum equipamento, deverá ser emitido laudo técnico de aceite atestando ou não o cumprimento dos requisitos;

1.4.5.8. Fica estabelecido que as peças colocadas em substituição às peças defeituosas tornar-se-ão de propriedade do Contratante;

1.4.5.9. As peças substituídas deverão manter a garantia de acordo com a vigência do contrato;

1.4.5.10. A Contratada, após a solicitação do chamado técnico, terá um prazo máximo de 02 (duas) horas para atendimento inicial e tempo máximo de solução de 06 (seis) horas, de forma a tornar os equipamentos disponíveis, ainda que provisoriamente, sem prejuízo

das funcionalidades dos equipamentos em questão;

1.4.5.11. Caso a Contratada coloque os equipamentos disponíveis de forma provisória, a mesma terá um prazo de 30 (dias) para solução definitiva;

1.4.5.12. A retirada temporária de equipamentos para manutenção é de responsabilidade da contratada e somente poderá ser efetuada após a autorização, a substituição do equipamento por um outro temporário e a assinatura de um respectivo Termo de Responsabilidade.

1.4.5.13. O serviço contratado não contempla o conserto de equipamento danificado por ação do Contratante no que concerne uso indevido, acidente, alteração de ambiente físico anteriormente definido na especificação do equipamento, manutenção inadequada causada por produto pelo qual a Contratada não seja responsável, bem como cobertura de peças que venham a ser adquiridas após a assinatura deste Contrato e que não tenham sido incluídas no mesmo;

1.4.5.14. Ao final de cada atendimento a contratada também deverá emitir relatório técnico que deverá conter, no mínimo:

1.4.5.14.1. Número do chamado;

1.4.5.14.2. Data e hora de abertura;

1.4.5.14.3. Data e hora do início e do término do atendimento;

1.4.5.14.4. Identificação do defeito;

1.4.5.14.5. Identificação do equipamento ou componente que apresentou problema;

1.4.5.14.6. Providências adotadas.

1.4.5.15. A Contratada é responsável pelas eventuais atualizações de software, tais como instalação de drivers, instalação de correções (patches) e atualização de firmware que se fizerem necessárias, a fim de remover as falhas de hardware ou para permitir o funcionamento das peças substituídas;

1.4.5.16. Paradas planejadas são manutenções previamente agendadas entre as partes, para manutenções nos equipamentos da Solução.

1.4.5.17. Estas paralisações devem ser solicitadas com um mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência.

#### 1.4.6. **Atualização de software:**

1.4.6.1. Entende-se por atualização de software o provimento de toda e qualquer evolução dos produtos de software, incluindo novas versões, liberações (releases), correções (patches, fixes, updates), service packs, firmwares, builds e upgrades.

#### 1.4.7. **Suporte técnico:**

1.4.7.1. Estes serviços consistem no apoio para atendimento das solicitações em relação a operação, diagnóstico de problemas e otimizações nos equipamentos.

1.4.7.2. O suporte deve identificar componentes de hardware que devem ser reparados e/ou substituídos, softwares que devem ser

atualizados após agendamento para manutenção e/ou substituição.

1.4.7.3. Caso seja identificada durante a execução dos serviços a necessidade de substituição de peças e componentes, o mesmo poderá ser realizado após autorização.

1.4.7.4. Este serviço deve estar disponível em regime 24x7, com atendimento remoto (via telefone e/ou videoconferência ou e-mail) e local em idioma Português do Brasil, durante o período de contrato, sem limite de número de chamados.

#### 1.4.8. **DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, SLA (SERVICE LEVEL AGREEMENT):**

1.4.8.1. Os serviços executados pela contratada devem ser atendidos considerando-se os limites:

Serviço/ Recurso	Descrição	Tempo de Atendimento
Suporte Técnico Remoto	Suporte do tipo 24x7 acionado por telefone ou ferramenta WEB e realizado através de ferramenta de suporte remoto.	Conforme nível de severidade*: <b>Nível 1</b> - 30 minutos, em uma base de 24 horas por dia e 7 dias por semana <b>Nível 2</b> - 2 horas, em uma base de 24 horas por dia e 7 dias por semana <b>Nível 3</b> - 3 horas, em uma base de 24 horas por dia e 7 dias por semana <b>Nível 4</b> - 8 horas, em uma base de 24 horas por dia e 7 dias por semana
Suporte no local	Suporte do tipo 24x7 acionado por telefone ou ferramenta WEB. Utilizado em situações em que o suporte no local seja necessário. Realizado após diagnóstico inicial.	Conforme nível de severidade*: <b>Nível 1</b> - 6 horas, em uma base de 24 horas por dia e 7 dias por semana. <b>Nível 2</b> - 12 horas, em uma base de 24 horas por dia e 7 dias por semana <b>Nível 3</b> - Próximo dia útil, horário comercial local <b>Nível 4</b> - Próximo dia útil, horário comercial local  A instalação de todas as peças deve ser realizada pela contratada como parte do suporte local, obedecendo SLA supracitado.
Versões de Software	Este suporte deve contemplar a substituição do conjunto de software instalado quando ocorrer uma necessidade de upgrade ou sinalização de substituição necessária	A instalação de novas versões de software, incluindo as versões de ambiente operacional do equipamento, deverá ser feita pela contratada, obedecendo SLA conforme descrito no item de Suporte Técnico Remoto.

#### 1.4.9. **Níveis de Severidade(\*)**

1.4.9.1. **Severidade 1** - Crítica: compreende problemas graves que impedem o cliente a executar funções críticas de negócios.

1.4.9.2. **Severidade 2** - Alta: o cliente é apto a executar uma função de trabalho, mas o desempenho dessa função está degradado ou gravemente limitado.

1.4.9.3. **Severidade 3** - Média: o desempenho da função de trabalho feita pelo cliente não foi afetado significativamente.

1.4.9.4. **Severidade 4** - Solicitação: com impacto mínimo no sistema e abrange solicitações de recursos e outras questões não críticas.

#### 1.4.10. **DOS COMPONENTES E SERVIÇOS PARA UPGRADE DE EQUIPAMENTOS - SERVIÇOS ESPECIAIS:**

##### 1.4.10.1. DA MANUTENÇÃO IMEDIATA NOS SERVIDORES DELL - ITEM 2

Descrição	Service Tag	Componente	PN Componente	Quant.(Unidade)
Servidor Dell PE R420	76PR442	Módulos de memória	A7130581	12
Servidor DellPE R430	H6PV442	Módulos de memória	A9781929	12
Servidor DellPE R430	DS2YL22	Módulos de memória	A9781929	12
Storage EMC VNX5400	CKM00144501115	Discos	5050600	17
Investigação e Reparo em FAN/Cooler ou substituição	76PR442	FAN 6A (Error Code: 2000-8007)	-	1

1.4.10.2. Todos os equipamentos devem ser novos e 100% compatíveis de acordo com especificação e normas apontadas pelo fabricante;

1.4.10.3. Fica estabelecido que as peças colocadas para upgrade tornar-se-ão de propriedade do Contratante;

#### 1.4.11. **DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES**

1.4.11.1. A falta de peças não poderá ser alegada pela contratada como motivo de força maior e não eximirá a contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos;

1.4.11.2. Para efeito de término ou rescisão do contrato, os serviços executados e peças fornecidas terão prazo de garantia, após término do contrato, de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### 2.1. **PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1.1. A CONTRATADA deverá elaborar cronograma, a ser entregue em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato contendo detalhamento do serviço e dos equipamentos a serem utilizados, indicando os respectivos locais para a execução, observando:

2.1.1.1. Início das atividades: 1 (dia) útil após a confirmação de recebimento da ordem de serviço.

2.1.1.2. Periodicidade: **mensal**.

### 2.2. **DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.2.1. O atendimento técnico pode ser feito por telefone e, caso necessário, no próprio local de instalação do equipamento, situado

na **Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge, R. da Bahia, 2277 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, CEP30160-012**, no horário de **08:30 às 12h e de 13 às 17h** nos dias úteis, exceção à quarta feira que será no período de **08:30 às 13:00** horas.

2.2.2. Os agendamentos de visita devem ser feitos em no mínimo 48 horas de antecedência.

2.2.3. **Os empregados da Contratada, quando prestando serviços na sede do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros durante a execução dos serviços, ou em consequência destes, ainda que praticado involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;**

2.2.4. Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados;

### 2.3. **CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

2.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

2.3.2. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

2.3.3. O recebimento provisório será realizado pelo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

2.3.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

2.3.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

2.3.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados em sua realização, cabendo à fiscalização não

atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

2.3.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

2.3.3.2. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

2.3.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

2.3.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

2.3.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

2.3.4. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

2.3.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

2.3.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

2.3.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

2.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

2.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no

prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### 2.4. Cronograma físico-financeiro:

2.4.1. Não haverá Cronograma Físico Financeiro

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o art. 57, II da lei n.º 8.666/93.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ [inserir valor] ([inserir valor por extenso]), conforme detalhamento abaixo:

LOTE ÚNICO				
ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA)	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS
1	000094773	1	UN	SUORTE TECNICO, MANUTENCAO E REPARO EM SERVIDORES FISICOS E/OU VIRTUAIS
<b>Serviços Especiais</b> * Componentes e Serviços para Upgrade de Equipamentos				
2	000105457	1	UN	MANUTENCAO EM SERVIDOR DELL

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da (s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

**2023 - 2351.12.364.021.4065.0001.3390.40.02.0.10.1 - UPG 0003**

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

6.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à

CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

6.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

6.1.3. A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais/faturas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do término de cada etapa da prestação dos serviços contratados e enviá-las à UEMG, aos cuidados do Fiscal do Contrato, preferencialmente em via eletrônica.

6.1.4. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor responsável pelo contrato.

6.1.5. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

6.1.6. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia -SELIC.

6.2. O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante o CAGEF, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

6.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

6.4. Deverá ser gerada uma Nota Fiscal por unidade acadêmica, com o detalhamento dos serviços executados.

6.5. A nota fiscal/fatura em desacordo com o disposto no contrato decorrente do Termo de Referência, ou com rasuras, será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, reiniciando-se o prazo de pagamento previsto no subitem 6.1 a partir da data de sua reapresentação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898/ 2013 e nos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.1.1. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da CONTRATADA até 180 (cento e oitenta)

dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício;

7.1.2. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada;

7.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.1.4. Desde que devidamente justificado e expressamente previsto no termo aditivo, o direito ao reajuste poderá ser exercido em momento posterior, até o encerramento do vínculo contratual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS GARANTIAS**

### **8.1. GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO:**

8.1.0.1. Não será exigida garantia financeira da execução.

### **8.2. GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL**

8.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis) ;(90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

8.2.2. A garantia poderá ser prestada pelo fabricante dos produtos ou por empresa com capacidade comprovada por atestados de capacidade técnica anteriores na prestação deste tipo de suporte e garantia em servidores e storages da família VNX do fabricante DELL/EMC e HP.

8.2.2.1. A falta de peças não poderá ser alegada pela contratada como motivo de força maior e não eximirá a contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos;

8.2.3. A garantia de manutenção de todos os itens de hardware deverão ter atendimento no regime 24x7, com acionamento por telefone ou pelo site do fabricante. Os atendimentos relacionados ao hardware deverão ter o tempo máximo de solução de até 8 (oito) horas após o acionamento

### **8.3. GARANTIA COMPLEMENTAR DO PRODUTO:**

8.3.1. Para efeito de término ou rescisão do contrato, os serviços executados e peças fornecidas terão prazo de garantia, após término do contrato, de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante especialmente designado pela CONTRATANTE no Termo de Designação de Gestor e Fiscal, na forma estabelecida pelo Termo de Referência.

10.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

10.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

10.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

10.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial de contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

10.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº.8.666/93.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **11.1. DA CONTRATADA:**

11.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

11.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

11.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

11.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, no prazo 03 (três) dias úteis, após a notificação do fiscal do contrato.

11.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

11.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventual transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais necessários a prestação, se houver.

11.1.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Contrato e em sua proposta.

11.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado ou à Universidade do Estado de Minas Gerais, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos

pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na prestação dos serviços, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de contrato.

11.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Contrato.

11.1.11. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Contrato.

11.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.13. Manter preposto, caso necessário, aceito pela Administração, para representá-lo no local da execução do objeto contratado.

11.1.14. A falta de peças não poderá ser alegada pela contratada como motivo de força maior e não eximirá a contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos;

11.1.15. Para efeito de término ou rescisão do contrato, os serviços executados e peças fornecidas terão prazo de garantia, após término do contrato, de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

## 11.2. **DA CONTRATANTE:**

11.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

11.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da CONTRATADA.

11.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.2.5. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

11.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

11.2.8. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

11.2.9. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço, caso necessário.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

12.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade do Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

12.2. A Universidade do Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

12.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

12.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;

12.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

12.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

12.2.5. “prática obstrutiva” significa:

12.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro órgão de controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

12.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro órgão de controle de investigar e auditar.

12.3. A Universidade do Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

12.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ANTINEPOTISMO**

13.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, salvo se investidos por concurso público.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.1. advertência por escrito;

14.1.2. multa de até:

14.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

14.1.2.2. 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

14.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

14.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;

14.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei 8.666/1993.

14.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

14.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5.

14.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

14.7. As sanções relacionadas nos itens 14.1.3, 14.1.4 e 14.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual -CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

14.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

14.8.1. Retardarem a execução do objeto;

14.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

14.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

14.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

15.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

16.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

16.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

16.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

16.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

16.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

16.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

16.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

16.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

17.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

17.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS.

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

20.1.1. As possíveis controvérsias poderão ser resolvidas junto à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Advocacia Geral do Estado, regulamentada pela Resolução AGE nº 61, de 06/07/2020.

E por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE:

CONTRATADO:



Documento assinado eletronicamente por **Raoni Bonato da Rocha, Chefe de Gabinete**, em 17/03/2023, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Torres Costa Pereira, Vice-Reitor**, em 17/03/2023, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62501496** e o código CRC **9278E695**.

---

**Referência:** Processo nº 2350.01.0010364/2020-34

SEI nº 62501496